



**INSTITUTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

HENRIQUE AZEVEDO LUSTOSA
Orientador: Prof. Gustavo de Souza Oliveira

**A História Controlada: Apontamentos sobre o livro didático Programa de
Admissão, edição 1968.**

Artigo apresentado como exigência para a conclusão do
componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II

UBERLÂNDIA – MG

2025

Resumo

Esse trabalho nasce devido a disciplina História e Educação: Livro Didático. Com essa disciplina busquei entender como livro didático de história vem ao longo do tempo sendo transformado, e como ele está sendo controlado pelos governos que estiveram no poder no Brasil. O contato com o Estágio Supervisionado e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) foram fundamentais para esse trabalho pois dentro da escola pude observar como os professores utilizam o livro didático de história e como que em cada escola utiliza um livro diferente. Esse trabalho tem como objetivo analisar o a trajetória da livro didático no Brasil em alguns se seus principais momentos, desde o estabelecimento da língua portuguesa no Brasil até as políticas relacionadas a produção e controle do livro didático na ditadura. Por fim realizo análise do livro didático Programa de Admissão do ano de 1968.

Palavras-chave: História. Educação. Ditadura Militar. Livro Didático.

Controlled History: Notes on the textbook "Programa de Admissão," 1968 edition.

ABSTRACT

This work stems from the History and Education: Textbook course. Through this course, I sought to understand how history textbooks have been transformed over time and how they have been controlled by the governments that have been in power in Brazil. Contact with the Supervised Internship and the Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation (PIBID) were fundamental to this work, as I was able to observe within the school how teachers use history textbooks and how each school uses a different book. This work aims to analyze the trajectory of textbooks in Brazil in some of its main moments, from the establishment of the Portuguese language in Brazil to the policies related to the production and control of textbooks during the dictatorship. Finally, I will analyze the textbook "Programa de Admissão" from 1968.

Keywords: History. Education. Military Dictatorship. Textbook.

Introdução

O livro didático no Brasil possui uma longa trajetória. Neste processo, podemos destacar a institucionalização do ensino da língua portuguesa no Brasil, devido as reformas pombalinas de instrução pública adotadas pelo Marquês de Pombal. Nesse período o Estado português, centralizou o controle da educação, que antes era de competência da Igreja, controlado pela Companhia de Jesus, tanto em Portugal, como em suas colônias.

De acordo com Luiz Oliveira, o início desse processo foi:

O marco inicial das reformas pombalinas da instrução pública é geralmente atribuído ao Alvará Régio de 28 de Junho de 1759, que, proibindo os jesuítas de exercer qualquer atividade docente tanto no reino quanto nas colônias, reformulou os estudos da Gramática da Língua Latina, Grega, Hebraica e de Retórica. Tendo motivações muito mais circunstanciais e políticas do que filosóficas, pedagógicas ou linguísticas, o documento acompanhou um movimento geral de reformulação jurídica do Estado português durante o reinado de D. José I (1750-1777) (OLIVEIRA, 2009. p. 76)

Segundo Oliveira (2009, p.76), a instituição da língua portuguesa no Brasil tem como marco o dia 27 de agosto de 1758. Nesta data, um alvará do estado português estabeleceu o início de escolas para indígenas no Brasil, substituindo a Companhia de Jesus, na região do Grão-Pará. Essa substituição foi realizado tendo como função promover a integração dos indígenas, pela educação e também pela miscigenação. Percebemos assim uma das políticas que sempre foram utilizadas pelos conquistadores em diversos locais no mundo, introduzir o seu idioma próprio e retirar todos os antigos costumes dos povos conquistados, como também estabelecer casamentos e a miscigenação, para alterar a cultura dos nativos.

O Estado português, deveria estabelecer uma língua nacional, a “Língua do Príncipe”, para assim afirmar sua força aos demais povos conquistados, dessa forma, começa a se estabelecer uma identidade nacional.

Para o estabelecimento da língua nacional, o principal obstáculo era a “língua geral” que eram línguas de base indígena, desenvolvidas em São Paulo e na Amazônia, devido ao contato dos colonizadores com os grupos indígenas.

Conforme Oliveira (2009, p. 78), mesmo com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e suas colônias, a língua geral continuou a ser utilizada em diversas regiões do Brasil até o século XIX. Assim, para instituir a língua nacional, ou seja a língua do colonizador, era necessário a proibição da língua geral em toda a colônia.

Oliveira esclarece que: “A Lei do Diretório, instituiu o ensino da língua portuguesa nas escolas e também dentro das aldeias dos índios, foi fundamental para o instituir o português como língua nacional, isso foi possível devido a gramatização e escolarização.” (Oliveira, 2010, p.79). Servindo como suporte para a construção de uma identidade nacional. A Lei do Diretório também proibia meninos e meninas e também a população indígena, e usarem qualquer língua nativa ou utilizada por suas nações, a chamada “Língua Geral”. Segundo Coelho (2013, p. 105) Com o diretório se buscava principalmente a necessidade de ocupar o território e controlar as fronteiras nas terras ultramarinas portuguesas, assim organizando a populações indígenas em missões de modo a integra-los as exigências de Portugal.

Entendemos a emergência das línguas indígenas em se tornar um produto da gramatização e do colonialismo, pois o conceito de língua como identidade social não existia ainda na América. Ainda que as formas orais tivessem estruturas linguísticas comuns, não eram línguas comuns, pois não existiam identidades compartilhadas.

O estabelecimento da língua portuguesa como língua nacional não se deu sem conflitos ou descontinuidades. Em 15 de outubro de 1827, foi estabelecido a lei geral de ensino, um marco para educação no Brasil, ao instituir as primeiras escolas de letras do país, estabelecendo o ensino da gramática da língua nacional. Esse dia foi escolhido como o dia do Professor.

O professor Luiz Eduardo Oliveira, sobre as primeiras escolas apresenta um informação importante que devemos destacar.

A demais, é preciso ter em mente que o termo “escola”, no século XIX, embora fosse comumente associado aos estabelecimentos de Primeira Letras, aplicava-se também àqueles que ensinassem algumas matérias de Instrução Primária ou Secundária, como frisava o Ministro do Império José Ildefonso de Souza Ramos, no Aviso n.13, de 18 de janeiro de 1862. (Oliveira, 2008. p.34)

Esse aviso estabelecia o que deveria se entender por escola, colégio, casa e instrução ou de educação. O ministro declarava que deveria entender como escola qualquer estabelecimento de Primeiras Letras, e também uma ou mais matérias de instrução primária e secundária, e que tivessem apenas alunos externos e um só professor que ao mesmo tempo seria o chefe da sala.

Outro momento histórico para a história da educação no Brasil durante o

Império é a fundação do Colégio Dom Pedro II em 1838, o professor Ivan Manoel apresenta um destaque sobre esse evento.

A criação do Colégio Pedro II, obra do Ministro da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao tempo do Regente Pedro de Araújo Lima, foi, no plano administrativo, a tentativa de se estabelecer um modelo de estrutura para o ensino secundário que se organizava naquele momento. Por isso, o Ministro, em 1838, na solenidade de inauguração do Colégio, se dirigindo ao seu primeiro Reitor nomeado, D. Frei Antônio de Arrábida, Bispo de Anemúria dizia que “Não concluirei esse discurso sem repetir a V. Exc. que o intento do Regente do Império criando esse Colégio, é oferecer um exemplar ou norma aos que já se acham instituídos nesta Capital por alguns particulares. (MANOEL, 2015. p.48)

A orientação para Colégio Pedro II era que o colégio seria o modelo a ser utilizado para os outros, isso já mostra o modelo de educação a ser estabelecido, ou seja, conservadora e que reproduz modelos já consagrados. (Manoel, 2015, p. 48)

No ano de 1838, ao mesmo tempo que entrava em funcionamento o Colégio Dom Pedro II, instituía-se também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essas duas instituições mantinham estreita vinculação, e junto a elas estava a igreja católica. O “Pedro II” foi estabelecido para formar os jovens nobres da corte, preparando para o exercício de poder no Império do Brasil. Já o Instituto buscava através da pesquisa histórica organizar a identidade da Nação Brasileira. (MANOEL, 2015. p. 50)

Podemos perceber que um projeto de Nação no Brasil começa com o estabelecimento de uma língua nacional para se afirmar o domínio português sobre os povos nativos, depois já com a independência, com o estabelecimento de um colégio modelo para que em todas as localidades do império sigam seu exemplo, utilizando a imposição gramática da língua nacional para ser ensinado dentro das escolas.

A educação no Brasil, no século XIX, era aristocrática e destinada à preparação de uma elite e não a educação do povo. Essa educação tinha uma cultura antidemocrática de privilégios, onde manteria o predomínio das atividades intelectuais sobre as atividades manuais e mecânicas. (MAIOR, 1967. p.354)

Com relação ao ensino nas províncias do Império do Brasil, o professor Armando Souto Maior, apresenta os seguintes dados e informações que merecem destaque.

Confiada às províncias, a educação primária reduzia-se praticamente ao ensino de leitura, escrita e cálculo, sem nenhum sentido formativo. Não só a qualidade era ruim. O número dos que estudaram também era deficiente: em 1867, pouco mais de 100.000 alunos estavam matriculados nas escolas primárias brasileiras, sabendo-se que nossa população livre era 9.000.000 de habitantes e que 1.200.000 crianças eram capazes de receber instrução primária. Após o precário curso primário, os que atingiam o ginásio visavam particularmente às Faculdades de Direito então existentes. Surgia, assim uma minoria de letrados contraposta a uma enorme massa de analfabetos. (MAIOR, 1967. p. 354)

Assim podemos perceber como a educação no período do Império era segregacionista, onde apenas um pequeno número de alunos estava matriculado nas escolas, e esses alunos eram filhos de pessoas ricas da sociedade brasileira, ou seja, da aristocracia rural. O analfabetismo no Brasil é uma velha herança negativa da colonização portuguesa, essa herança continuou pelo Império chegando na República.

Ensino de História no Brasil

A disciplina de história no Brasil surgiu como disciplina em nosso país durante o período imperial, ela tinha como base o modelo francês que valorizava grandes feitos e figuras de heróis. O colégio Pedro II no Rio de Janeiro foi a primeira escola no Brasil a introduzir a história como disciplina em 1838. O eurocentrismo era aplicado de forma marcante. (SCHNEIDER, 2022. p.4)

Os primeiros livros didáticos foram produzidos no Brasil no século XIX e deveriam ser utilizados nos colégios de algumas das capitais das províncias do Império. Conforme Bittencourt (2008, p.78) Os conteúdos propostos serviam também para uma formação moral baseada no ideário de civilização, cujos valores eram disseminados como universais, mas praticados com exclusividade pela elite.

O nacionalismo e o autoritarismo estavam presente no Brasil, desde o golpe da República em 1889. O liberalismo era visto com algo exótico, presente apenas nos Estados Unidos e nos países da Europa, no Brasil o liberalismo era visto como algo regional, a política liberal era perturbadora para a ordem social. Assim, era necessário ter uma concepção de realidade e da sociedade, criando assim um nacionalismo e o antiliberalismo, levando o Estado a função da formação da nacionalidade e dirigir o povo, esse povo era considerado apenas massa, e essa massa deveria ser guiada pelas elites.

Segundo Abud (2004, p. 34), os programas de ensino de História tinham como base o patriotismo, destacando sempre os pontos fundamentais para compreensão da história do povo brasileiro, assim a história se tornou um instrumento poderoso na construção do Estado Nacional Brasileiro, buscando sempre visibilidade no passado de todos os brasileiros. Esse era um dos programas do Plano Nacional de Educação do ano de 1936.

Sobre os conteúdos Katia Abud, apresenta uma informação importante, a qual devemos destacar.

As listas de conteúdos, sua distribuição pelas séries da escola secundária, as orientações para o trabalho pedagógico elaboradas pelas instituições educacionais durante o período Vargas e expressas nas Orientações Metodológicas (parte importante dos programas) traduziam a preocupação oficial e as discussões que perpassavam os meios intelectuais brasileiros. Mais do que isso, eram um instrumento ideológico para a valorização de um corpus de ideais, crenças e valores centrados na unidade de um Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse o ocultamento da divisão social e a direção das massas pelas elites." (ABUD, 2004. p.34)

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro estabeleceu sugestões sobre como deveria ensinar história do Brasil, sempre considerando a história como genealogia da nação, começando com a formação de Portugal e dos grandes descobrimentos, incluindo o Brasil nesse processo de civilização, dentro do programa e das orientações para os professores, buscava-se estabelecer o desenvolvimento de patriotismo e um sentimento nacional. Isso ficou explícito nos livros didáticos que eram publicados seguindo o programa oficial do Estado, buscando sempre criar nas crianças um sentimento nacional brasileiro. (ABUD 2004, p.36)

Devemos destacar os 3 pilares que esses programas oficiais se orientavam, o primeiro é a unidade étnica, ou seja o povo que é formado pela união de Brancos, Negros e Indígenas, a unidade administrativa, o Estado centralizado, e por último a unidade cultural, um país com várias culturas, mas como algo que representa toda a Nação.

A criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1838, tinha como base viabilizar a consolidação de um Estado Nacional e também pensar a história do Brasil de forma sistematizada. O professor Manoel Guimarães, apresenta uma informação importante relacionado a Nação Brasileira.

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que

internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do "outro", cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção." (GUIMARÃES, 1988. p.7)

Percebemos aqui uma total exclusão dos povos indígenas e africanos, fazendo sempre destaque ao europeu, e como eles formaram uma Nação na América. A história é uma forma indispensável para criar a nacionalidade, o Instituto Histórico Geográfico tem como projeto da instituição trabalhar com o instrumental da história e da geografia, assim cada matéria fornece dados necessários para a definição do quadro nacional, delineando os aspectos físicos e sociais da Nação.

Outro ponto que merece destaque com relação ao estabelecimento da Nação é a informação do professor Manoel Guimarães.

Se pensarmos que, num momento de constituição da Nação, também a definição de sua identidade físico geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender porquê do instituto reservar espaço tão amplo ao tratamento do assunto. Na Verdade, trata-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos continentais e riquezas inumeráveis." (GUIMARÃES, 1988. p.7)

A identidade física da Nação, permite a exploração econômica do território e possibilita a integração entre todas as regiões ao poder central, ao seja a capital no Rio de Janeiro. Assim com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, central na capital do Brasil, conseguiu reunir todos os conhecimentos relativos às províncias da Nação, mas no interior de instituição possuía um viés centralista. O projeto de Estado era empregar o ensino de história como um instrumento para criar um cidadão conforme seus ensinamentos.

Entre o ano 1964 até o ano de 1985, os professores deviam seguir o currículo estabelecido pela ditadura, sempre evitando uma reflexão crítica da sociedade brasileira, os espaços educativos eram sempre monitorados e qualquer comportamento fora do padrão estabelecido pelo governo era motivo de prisão. Com isso para atender os interesses do regime, o professor de história acabou sendo desqualificado para não retirar as pessoas da ordem do Estado. (SCHNEIDER, 2022. p.7)

Estudos sociais e ditadura militar.

Foi durante a ditadura militar, o ensino de história e geografia como disciplinas autônomas foi extinto, e elas acabaram sendo substituídas pelos Estudos Sociais, com inspiração nos Estados Unidos. A criação dos Estudos Sociais estabeleceu um dano ao ensino de história, impedido ao aluno qualquer estudo de forma aprofundada sobre a sociedade brasileira.

Com relação aos Estudos Sociais, o professor Ivan Manoel apresenta uma definição que devemos apresentar.

A idéia chave dos Estudos Sociais é bastante atraente: levar o aluno ao conhecimento da parte ao conhecimento do todo, do conhecimento de sua rua, ao conhecimento do seu bairro e deste ao conhecimento de sua cidade e finalmente do próprio mundo e das relações que os homens estabeleceram ao longo do tempo até o presente. Para se forjar esse conhecimento era necessário o entrelaçamento da sociologia, geografia e história.” (MANOEL, 2011. p.66)

Com os Estudos Sociais, percebemos a sua função fundamental era ser um instrumento manutenção da sociedade, evitando assim que as pessoas se questionassem o motivo de tanta desigualdade no país, impedindo as pessoas de pensarem. Criando cidadãos apáticos, que apenas aceitavam o que o Estado estava impondo a eles.

O livro didático sempre apresentou mudanças conforme os programas oficiais do Estado e, assim, a aquisição de livros didáticos pelo governo do brasileiro se tornou um grande negócio. Desde de 1960, o livro didático vem sendo utilizado como o instrumento didático mais utilizado dentro das salas de aula.

O golpe civil-militar, de 1964, reprimiu e violentou a democracia por 21 anos, ao mesmo tempo o regime utilizou os livros didáticos de história para legitimar seu poder, como meio de propaganda de governo, para mostrar que o que aconteceu em 1964 foi uma revolução, e não um golpe.

O Brasil, em 1 de abril de 1964, entrou em um dos momentos mais sombrios de sua história. Um golpe de Estado realizado com militares e civis, com apoio de diversas camadas médias e altas da sociedade, derrubando o presidente João Goulart, que tinha sido eleito democraticamente, e estava complementando o mandato do antecessor o presidente Jânio Quadros, que tinha renunciado em 1961. Assim João Goulart assume a presidência, como um sucessor direto de Vargas, pois ele

tinha sido o ministro do trabalho durante o Governo de Vargas. (MIRANDA, 2010. p. 253)

O livro didático estava sendo impulsionado desde o primeiro governo de Vargas, com o estabelecimento do Decreto-Lei N° 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Onde estabelece em seu primeiro artigo, a livre produção e importação de livros ditáticos no Brasil e cria a Comissão Nacional do Livro Didático. Essa medida foi de grande importância para a Educação no país. Mas já deixa uma imagem da busca pela propaganda de regime, mesmo que de forma leve nas ideias do Estado Novo.

A propaganda da ditadura era tão intensa que utilizavam canções para as crianças cantarem dentro da escola durante a cerimônia de hasteamento da bandeira do Brasil. Segundo o historiador Carlos Fico uma dessas canções é a que começa “31, 31, 31 de março é o dia da libertação, quando as Forças Armadas deste meu país acabaram com a corrupção” Fico apresenta essa canção como uma crítica em seu livro “Reinventando o otimismo” (FICO, 1997)

O dia 31 de março, foi o dia do golpe militar de 1964, mas para os golpistas esse dia era considerado como uma revolução, então devido o país está em um forma precária e em ruínas, acabaria aos militares estabelecer um novo tempo de mudanças no Brasil.

Sobre esse novo tempo no Brasil, Carlos Fico, apresenta uma definição que devemos destacar.

Essa nova era estava garantida pois o governo militar, “brasileiro e bom”, investiria na juventude com especial vigor naquele momento, vigor indispensável, para reverter os caminhos que essa juventude vinha sendo “obrigada” a trilhar – provavelmente um referencia difusa ao tumultuoso imaginário militar sobre os perigos que acometiam os princípios “ocidentais e críticos”. E note-se, tal “educação para os novos tempos” estava também garantida porque se daria a partir de instrutores que interpretavam corretamente essa “brasilidade”: os militares. (FICO, 1997. P. 122)

Assim, na visão militares, eles seriam os garantidores do correto encaminhamento do futuro do país. A propaganda militar buscava atingir crianças e idosos, com a ideia de apurar seres carentes da sociedade (FICO, 1997)

Com isso era necessário uma adequação dos livros didáticos aos interesses do governo vigente, assim, os livros seguiriam um modelo dos pensadores educacionais com ligação ao governo.

Com relação a indústria de livros durante a ditadura militar, Cleber Bicicgo apresenta uma informação importante.

O fortalecimento das editoras de livros e periódicos durante o regime militar é um dos maiores paradoxos da história da indústria cultural no Brasil. Período conhecido pelas imposições ideológicas, a ditadura proibiu filmes, letras de músicas, espetáculos teatrais e livros. O que parecia ser um retrocesso para a indústria cultural, tornou-se no mercado livreiro, um momento de consolidação. (BICICGO, 2013. P.56)

O esforço do governo para a escolarização de uma grande parte de analfabetos no país precisava urgente de livros didáticos, assim o mercado de livros didáticos cresceu em todo o Brasil.

Na década de 1970 era muito comentado que devia-se criar entre os jovens brasileiros, o “hábito da leitura” uma alternativa para a crescente indústria de livros didáticos e paradidáticos. Esse hábito de leitura estava relacionado ao consumo de determinado material que era aprovado pela ditadura. “Em outras palavras, o leitor assumia uma posição passiva na absorção de um modelo pronto e exemplar.” (BICICGO, 2013. p.59)

Com relação a essa leitura de livros a autora Maria de Lourdes Nocella apresenta uma informação interessante.

O objetivo real da ideologia subjacente aos textos de leitura é criar um mundo relativamente coerente, justo e belo no nível da imaginação, com a função de mascarar um mundo real. A estereotipação e a idealização são características constantes desse mundo imaginário, cumprindo a função de fixar modelos de comportamento, fora do tempo e do espaço, afastando qualquer possibilidade de mudança das normas e dos comportamentos, que funcionam como fontes de lucro para a classe dominante.” (NOCELLA, 1979. P. 237)

Percebemos aqui o aparelho ideológico do Estado, que está presente nos livros didáticos, o regime militar observa a escola apenas como um local para o processo de divulgação da ideologia da classe dominante no Brasil.

Os livros didáticos produzidos no período da ditadura militar eram transmissores da ideologia do governo ditatorial, tinha como objetivo espalhar uma ideologia cívica, buscando sempre formar cidadãos obdientes ao Estado.

Sobre a elaboração do livro didático durante a ditadura Rocha (2008) apresenta uma informação importante.

Os livros eram elaborados com a intenção de levar o aluno a memorizar e repetir lições, pouco ajudando na sua formação intelectual. Na prática, aprender era sinônimo de reproduzir. As poucas inovações metodológicas

apresentadas pelos livros didáticos são os estudos dirigidos, cruzadinhas, palavras-cruzadas e jogos rápidos, que pouco exigiam do aluno.” (ROCHA, 2008, p.132).

Toda disputa narrativa presente nos livros de história no período do regime militar contribuiu apenas para formação de um ensino de história tradicional, com base apenas na memorização de vários conteúdos, sem a preocupação de problematizar cada assunto.

Podemos observar quanto interesse, vigilância e intervenções são realizadas no ensino de história em diversos níveis. A história seguramente é a única disciplina que recebe intervenções diretas dos dirigentes e do parlamentares. Isso mostra como ela é importante para o poder. (LAVILLE, 1999. p.130)

Um exemplo que podemos destacar são as decisões utilizadas pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, em proibir o ensino de história nos países vencidos, com intuito de neutralizar seus conteúdos e substituí-los por outros. De modo genérico, essa substituição consiste em reescrever a história, apagando aquilo que se quer esconder do antigo regime e reintroduzindo novas “páginas brancas” para a construção de uma nova consciência coletiva. (LAVILLE, 1999)

Políticas utilizadas para o livro didático na Ditadura Militar

Segundo Miranda Filgueiras (2014, p. 87), durante a ditadura civil-militar o governo elaborou duas políticas públicas para os livros didáticos, essas políticas eram distintas e organizadas conjuntamente. A primeira era Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted) criada no ano de 1966, a segunda foi Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) criada no ano de 1967. A elaboração dessas políticas devem ser entendidas dentro do contexto do crescimento das escolas primárias e secundárias e do aumento da procura por livros didáticos. Outro ponto para o aumento das escolas foi a obrigatoriedade do ensino primário estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1961, como também o aumento das camadas populares na busca por acesso ao ensino secundário.

O Governo Federal com o intuito de gerir e aplicar recursos para a expansão do livro didático criou o Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático.(Colted) Esse órgão tinha a função de incentivar e executar as atividades do livro didático do Ministério da Educação e também a distribuição do livro técnico e didático, conforme estabelecia o decreto n. 59.355/66. Pouco depois de 1 ano da criação do Colted, foi

criado Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) Esse órgão tinha a função de produzir e distribuir materiais escolares e contribuir com a qualidade e com um preço acessível para a população carente.

Com relação a essas políticas devemos destacar uma descrição importante apresentada por Miranda Filgueiras.

A apresentação das ações da Colted e da Fename permitiu compreender duas facetas das políticas para o livro didático empreendidas durante a ditadura militar. No fim dos anos 1960 o Ministério da Educação agiu em duas frentes: buscou manter e ampliar o auxílio ao novo público escolar, considerado com menores recursos financeiros, bem como procurou incentivar e regular o mercado editorial de livros escolares. Ambas as instituições, Colted e Fename, foram criadas sob o argumento da necessidade de atendimento aos alunos carentes e em resposta às recomendações da Unesco. Apesar disso, a Colted foi instituída pelo MEC em parceria com a Usaid e a indústria de livros didáticos, buscando estimular a produção privada. Já a Fename foi uma reorientação da Campanha Nacional de Material de Ensino, criada nos anos 1950, com o objetivo de o governo federal assumir a produção de livros didáticos. (MIRANDA FILGUEIRAS, 2014. p. 100)

Aqui conseguimos visualizar 3 pontos, o primeiro é o argumento de atender os alunos carentes, o segundo era estimular a produção privada de livros didáticos e por ultimo o governo assumir a controlar a produção dos livros didáticos no Brasil.

Percebemos que com a Fundação Nacional do Material Escolar, o MEC tinha buscava em primeiro lugar incluir alunos sem condições financeiras e de diversas localidades do Brasil, em segundo lugar era criar uma concorrência entre as editoras privadas, para assim levar o barateamento dos livros didáticos.

Análise de caso: o livro didático *Programa de Admissão*

Dentre os livros didáticos utilizados durante a ditadura civil-militar destacamos a obra *Programa de Admissão*, da Editora Nacional produzido em 1968. O livro teve sua primeira edição no ano de 1956 e de autoria dos professores Aroldo de Azevedo (geografia), Joaquim Silva e José de Arruda Penteado (história do Brasil), José Cretella Júnior (português) e Osvaldo Sangiorgi (matemática). Devemos destacar uma informação de Cristiani Silva, com relação a esses professores.

Lembra-se que os autores desses livros eram professores reconhecidos de instituições de ensino de certo prestígio, que também faziam parte de redes de sociabilidades e políticas, principalmente de São Paulo, sede das principais editoras do país, à época, que disputavam o mercado didático. A opção em destacá-los nas capas e nos materiais de divulgação pode ser lida como um investimento em maior controle na 'produção de sentidos' desses livros, seus usos e apropriações pela comunidade de leitores a que se destinavam. (SILVA, 2018. p. 12)

O livro *Programa de Admissão* apresentava assuntos de algumas das áreas do conhecimento, ou seja, Matemática, Português, História e Geografia, o livro também possuía questões para exames de admissão ao ginásio. Todos os conteúdos apresentados no livro didático eram regulados pelo Estado, era apresentado em sua capa e contra capa informações sobre autorização pelo Ministério da Educação e Cultura, e registro pela Comissão Nacional do Livro Didático, o que mostra a intervenção estatal e política para sua publicação. Esse material era destinado aos alunos do último ano do primário, como para os professores que atuavam no primário, como uma forma de preparação para a entrada no ginásio.

Em sua parte de História do Brasil, o livro *Programa de Admissão* apresenta os governos republicanos do Brasil, desde Deodoro da Fonseca até o presidente João Goulart, nessa parte apresenta um quadro com as principais datas dos governos republicanos, em 1964 que na atualidade sabemos que foi o golpe civil-militar, no livro é apresentada a informação de “Revolução das Forças Armadas” era como os golpistas de 64 se descreviam como revolucionários que buscavam salvar o Brasil do perigo do Comunismo ou de o país virar uma “Nova Cuba”.

Outra informação presente no *Programa de Admissão* com relação ao Governo do presidente João Goulart que devemos analisar é a seguinte passagem.

Em princípios de 1964, em seguida de grandes manifestações contra as tendências extremistas do Governo de João Goulart, uma revolução, conduzida pela maioria esmagadora das Forças Armadas, levou o presidente a abandonar a chefia da Nação. Dias depois, o congresso o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República, para complementar o quinquênio. Em fins de 1966 o congresso elegeu o Marechal Arthur da Costa e Silva (que fora ministro da guerra no Governo anterior) para substituir o Marechal Castelo Branco. O Marechal Costa e Silva tomou posse em 15 de março de 1967. (AZEVEDO, 1968. p. 443)

Aqui percebemos que a narrativa histórica era utilizada para favorecer o regime militar, mostrando o Governo de João Goulart com “tendências extremistas” e que uma “revolução” levou o presidente a abandonar o governo. Sabemos que isso não era verdade, as reformas de base apresentadas pelo presidente João Goulart eram propostas de mudança na estrutura do Estado, e buscavam diminuir as desigualdades no Brasil. A revolução apresentada no livro, é como os golpistas se apresentavam, o que aconteceu em 1964 foi um golpe de Estado que derrubou o presidente eleito e estabeleceu uma ditadura civil-militar que durou 21 anos.

Outro ponto apresentado no livro são as datas principais, com os principais acontecimentos de cada ano como por exemplo 1960 a inauguração de Brasília, já em 1964, é apresentada a informação de “Revolução das Forças Armadas” aqui verificamos como a ditadura busca de todas as formas estabelecer uma revolução no lugar de golpe de Estado.

Com relação aos conteúdos presentes do livro *Programa de Admissão* podemos estacar a seguinte informação.

Acredita-se que os conteúdos selecionados continham ressonâncias das ideias e valores atribuídos à pátria e ao patriotismo. O próprio índice geral da obra informa isso. Por exemplo, os textos de Português recebem títulos como: “Nossa Pátria”, “A Pátria” e “O patriotismo”; entre os títulos dos trechos para os exercícios de ditado estão: “Hino nacional” e “A bandeira do Brasil”, no que se refere à Geografia do Brasil, há um sub-tópico chamado: “Grandeza territorial e situação” e, quanto à parte de História, a abordagem exclusiva da “História do Brasil” também é fator que permite identificar a preocupação com a construção de uma nação brasileira. (SILVA, 2014. p. 9)

No livro, o capítulo que inicia a História do Brasil o começa com “Descobrimento do Brasil”, o uso do termo descobrimento apenas reforça o pensamento eurocêntrico. Com relação aos indígenas o livro apresenta na página 375 as seguintes informações, a primeira de que o Brasil era habitado por “indígenas selvagens” e que sua principal ocupação era a guerra. Percebemos o pensamento eurocentrico que praticamente colocava os indígenas com pessoas selvagens e que não possuíam cultura.

A parte no livro sobre o indígenas não aborda o extermínio que essas diversas etnias sofreram com a chegada dos portugueses, seja por doenças, pelas guerras ou pela escravidão. Podemos entender que o livro busca mostrar que a civilização chega a se desenvolver apenas com a chegada dos europeus. A história no livro *Programa de Admissão* não mostra a realidade, tenta apenas mostrar o “lado certo” ocultando tudo de negativo com relação aos europeus. Outra observação é que no livro não apresentada informações sobre a chegada do escravos africanos no Brasil, mostra apenas uma pequena informação com relação a abolição da escravidão. A disputa de narrativas é presente no livro, sempre com apenas um grupo em destaque.

Com relação a disputa de narrativas podemos destacar conforme Laville (1999, p.134) A narrativa história pode ser considerada com uma tomada de poder por grupos sem poder. Assim temos uma guerra de narrativas, uma busca em

substituir uma narrativa por outra, com isso o ensino de história acaba sendo reduzido em uma narrativa fechada, com o objetivo de moldar as consciências e padronizar comportamentos de todo um país.

Considerações finais

O livro didático de história sempre foi utilizando como ferramenta política do governo vigente, seu conteúdo e narrativa são remodelados e controlado pelo Estado, mudando narrativas, a ditadura militar soube se aproveitar no momento para legitimar o seu poder, descrendo a ditadura militar com uma revolução das forças armadas, os professores que elaboravam os livros deviam está em sintonia com as ideias do regime militar.

A história sempre foi vista pelos governos como algo perigoso, que acaba fazendo as pessoas se revoltarem, então por muitas vezes ela foi suprimida, para evitar questionamentos, como por exemplo o motivo de tanta desigualdade, racismo e golpes de Estado presentes desde o início da República no Brasil.

Ao longo desse trabalho demonstramos diversos momentos da história da educação no Brasil, desde o estabelecimento da língua portuguesa como idioma oficial até o estabelecimento da Ditadura Militar. Percebemos que com a mudança de regime os governos autoritários buscavam controlar a educação e a história para assim legitimar seu governo. Do golpe de 1889 até o golpe de 1964 podemos verificar que a história foi mudada para evitar que o povo soubesse o que estava acontecendo no país. No livro didático analisado conseguimos perceber narrativa destinada a jovens brasileiros, com intuito de construir um discurso favorável ao regime civil-militar e evitar revoltas populares.

Por fim, entendemos que o ensino de história e o livro didático no Brasil apresentam grandes desafios, é necessário que a sociedade esteja atenta e atuante para que a formação, preparo e instrução de futuros professores seja valorizado, e a produção de livros didáticos tenha a presença de professores, para o que seja transmitido aos alunos seja realmente aproveitado para a formação de cidadãos conscientes e preparados para o futuro.

Referências Bibliográficas

- OLIVEIRA, L. E., & Corrêa, L. (2010). **A instituição do ensino da língua portuguesa no Brasil (1757-1827)**. *Todas As Letras - Revista De Língua E Literatura*, 11(1).
- OLIVEIRA, L. E. (2008). **Representações da escola na literatura brasileira do século XIX: um itinerário do ensino de Primeiras Letras no Brasil**. *Revista Tempos*
- COELHO, Mauro Cezar; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. **“Monstruoso systema (...) intrusa e abusiva jurisdição”: O Diretório dos Índios no discurso dos agentes administrativos coloniais (1777-1798)**. *Revista de História São Paulo*, n. 168, p. 100-130, 2013.
- SAVIANI, Demerval. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio necessário**. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 10, N Especial, p. 147-167, 2008.
- SCHUELER, Alessandra F M; MAGALDI, Ana M B de M Magaldi. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, n. 26, 2009.
- ABUD, Kátia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. IN: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- SCHNEIDER, S. W. C.; LEON, A. D. A história do ensino de História no Brasil. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 7, p. 1–16, 2022. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2022.v7.n.8990. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/plurais/article/view/8990>. Acesso em: 21 mar. 2026.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes **Ensino de história: fundamentos e métodos** / Circe Maria Fernandes Bittencourt-2. ed. - São Paulo: Cortez, 2008
- MAIOR, Armando Souto. **História do Brasil: para o curso colegial**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- MANOEL, Ivan Aparecido. O ensino da história no Brasil: origens e significados. **Cadernos Cimeac**, Ribeirão Preto, v. 01, . 01, 2011, p. 44-75.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 1006**, de 30 de dezembro de 1938.

SIMÕES, Renata Duarte; RAMOS, Vinícius da Silva; RAMOS, Diego da Silva. O livro didático e a ditadura militar no Brasil. **Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina**, Tubarão, v. 12, n. 21, p. 251-266, jan./jun. 2018.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

BICICGO, Cleber. A indústria de livros no Brasil durante a ditadura militar e um caso crítico. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, v.26, n.39 , p.55-72, dez.2013

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1979.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. **O regime militar no livro didático de história do ensino médio : a construção de uma memória**. 2008. 382 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LAVILLE, Christian. A Guerra Das Narrativas: Debates E Ilusões Em Torno Do Ensino De História. **Rev. Bras. Hist.** 19 (38),1999..

MIRANDA FILGUEIRAS, Brasil, J. (2014). As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename - Policies for the textbook during the military dictatorship: and the Colted Fename. **Revista História Da Educação**, 19(45), 85–102. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/44800>

Azevedo, A., Silva, J., Penteado, J. A., Cretella Jr., J., & Sangiorgi, O. (1968). **Programa de Admissão** (19a ed.). São Paulo, SP: Cia Editora Nacional.

SILVA, Cristiani Bereta da. Era uma vez... uma editora, um livro: Admissão ao ginásio, Editora do Brasil (Décadas de 1940-1960). **Revista Brasileira de Historia da Educação**, v. 18, p. 1-25, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbhe/v18/2238-0094-rbhe-18-e032.pdf>

SCHREIBER, S.; FAVARIN, T.C. A história do livro Programa de Admissão e a seleção dos conteúdos de História do Brasil assinada por Joaquim Silva (décadas de 1950 a 1960). In: **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA**, 15, 2014, Florianópolis. Anais... Anpuh/SC, 2014, p.1-14.